



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ref.: PE n. 14/2026
PROAD: 3164/2026

PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de assistência técnica, manutenção corretiva, preventiva, mecânica, elétrica e operacional em elevadores de passageiros e cargas, com fornecimento integral de materiais, peças e mão de obra, a serem executados nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Belo Horizonte – MG.

IMPUGNANTE: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. - CNPJ nº 00.028.986/0010-07

1. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por Elevadores Atlas Schindler Ltda. (CNPJ n. 00.028.986/0010-07), em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2026.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

Dispõe o art. 164 da Lei 14.133/2021 que “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico nº 14/2026 foi designada para o dia 25/05/2026, e a presente impugnação foi apresentada por meio de correspondência eletrônica no dia 19/05/2026, sendo, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

Ante a impugnação ofertada pela empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda., a Secretaria de Gestão Predial (SEGPRED), unidade demandante do objeto deste Pregão, foi instada a se manifestar, exarando o seguinte parecer, cuja fundamentação e conclusão adotamos integralmente:

**“DA NECESSIDADE DE REVISÃO DOS PRAZOS
PREVISTOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA**

A empresa sustenta que os prazos estabelecidos para atendimento de ocorrências seriam exíguos e incompatíveis com a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ref.: PE n. 14/2026

PROAD: 3164/2026

realidade operacional da manutenção dos elevadores. No entanto, **não acreditamos que este seja o caso.**

Os prazos previstos no Termo de Referência foram definidos com fundamento na **criticidade dos equipamentos objeto da contratação**, considerando tratar-se de elevadores instalados em unidades judiciais, com elevado fluxo de pessoas (dentre outras: jurisdicionados, colaboradores de empresas contratadas, advogados, servidores, juizes). Eventual indisponibilidade dos equipamentos **compromete diretamente a continuidade da prestação jurisdicional** e a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Entendemos, portanto, que ambientes de órgãos públicos devem ser tratados com a devida prioridade. Os prazos fixados também refletem padrões usualmente adotados em contratos administrativos semelhantes.

Ressalta-se que o edital não impõe obrigação absoluta de solução definitiva em qualquer hipótese. Eventuais intercorrências **devidamente justificadas** serão analisadas pela fiscalização contratual à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade (a exemplo dos itens 7.29 e 7.30 do Edital).

Especificamente quanto ao pedido de ampliação do prazo de atendimento para passageiros retidos para até 2 (duas) horas, entendemos que tal prazo **não atende adequadamente ao interesse público**, à segurança dos usuários e à criticidade da ocorrência. Ressalta-se, também, que a licitante possui contrato de manutenção atualmente com o TRT/MG, em um dos edifícios abrangidos pelo PE 14/2026, com prazo igual (no caso emergencial – 60 minutos) e menor que o exigido no novo edital (3 horas contra 5 horas) para demais corretivas (contrato 22SR015).

Dessa forma, mantém-se a redação original do edital e do Termo de Referência em relação a este tópico.

DA REGULARIDADE DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A impugnante questiona o regime sancionatório previsto no item “14 Infrações e Sanções Administrativas” do edital sob alegação de suposta desproporcionalidade e possibilidade de cumulação excessiva de penalidades.

Razão não assiste à impugnante.

As sanções previstas atendem e, na essência, reproduzem as disposições legais estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, notadamente seus arts.155 a 163. As sanções previstas possuem natureza pedagógica e coercitiva, compatíveis com contratos de elevada criticidade operacional, não se destinando a fins meramente arrecadatórios, mas à garantia da adequada execução contratual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ref.: PE n. 14/2026

PROAD: 3164/2026

A mera previsão abstrata de penalidades máximas não implica aplicação automática ou cumulativa indiscriminada, permanecendo obrigatória a observância do devido processo administrativo, motivação e proporcionalidade no caso concreto. Ademais, preserva a prerrogativa legal da Administração de adequar a resposta sancionatória à natureza e extensão do inadimplemento verificado no caso concreto.

A alegação de “bis in idem” é também improcedente, pois as multas possuem naturezas jurídicas distintas, senão vejamos:

- a multa moratória destina-se à punição pelo atraso;
- a multa compensatória visa reparar prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual;
- as sanções restritivas possuem finalidade administrativa e preventiva.

O Tribunal de Contas da União entende que “no caso de atraso injustificado na execução do objeto, a multa será moratória e deve ser calculada e aplicada de acordo com o previsto no edital ou contrato. A aplicação de multa de mora não impede que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei” (item 6.1.8. Infrações e sanções administrativas – contratado | Licitações e Contratos). Assim, resta admitida a coexistência dessas penalidades quando incidentes sobre fatos jurídicos distintos ou sobre consequências diversas da mesma infração contratual.

Assim, não há ilegalidade, excesso ou violação à competitividade no regime sancionatório previsto no edital opinando-se, no ponto, pela improcedência da impugnação.

DA ADEQUAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A impugnante sustenta haver transferência excessiva de riscos operacionais e obrigações à futura contratada, notadamente as constantes nos itens 11.1, 11.11, 11.19, 11.23 e 11.30, bem como a Cláusula Décima Oitava da Minuta Contratual.

A alegação também não procede.

Em verdade, não há instituição de responsabilidade objetiva ilimitada, tampouco afastamento das hipóteses legais de exclusão de responsabilidade, mas apenas explicitação do dever da contratada de responder pelos danos decorrentes da execução dos serviços sob sua responsabilidade técnica.

As cláusulas contratuais impugnadas apenas reproduzem obrigações ordinariamente inerentes aos contratos de manutenção



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ref.: PE n. 14/2026

PROAD: 3164/2026

integral de elevadores, especialmente quanto à responsabilidade técnica da contratada pela execução segura dos serviços.

A previsão de responsabilização por danos causados durante a execução do contrato é derivação direta dos artigos 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021, que dispõem ser do contratado a responsabilidade pelos danos causados à Administração e a terceiros em razão da execução do contrato. Vale dizer, o instrumento convocatório não institui responsabilidade objetiva irrestrita, tampouco afasta o necessário nexo causal entre conduta da contratada e eventual dano apurado.

No que tange à alegação relacionada às avarias preexistentes, não é demais ressaltar que os equipamentos objeto da futura contratação encontram-se disponíveis para vistoria prévia, cabendo às licitantes realizar avaliação técnica adequada para formulação de suas propostas, conforme prática consolidada em contratos de manutenção predial e de engenharia. A assunção da manutenção dos equipamentos no estado em que se encontram constitui característica inerente ao modelo de contratação pretendido e decorre da própria natureza continuada do serviço a ser contratado.

Eventual necessidade de substituição estrutural extraordinária ou ocorrência de vícios ocultos supervenientes poderá ser analisada administrativamente à luz das regras legais de reequilíbrio contratual, não havendo ilegalidade na cláusula do Edital.

Da mesma forma, a prerrogativa de solicitação de substituição de empregados cuja atuação se revele inadequada encontra amparo no poder-dever de fiscalização da Administração e visa a garantir segurança, urbanidade, eficiência e adequada execução contratual em ambiente institucional sensível. Não há interferência indevida na gestão empresarial, mas, sim, exigência de observância de padrões mínimos de conduta profissional compatíveis com a prestação dos serviços dentro das dependências deste Tribunal.

Em suma, as obrigações relativas à manutenção do funcionamento dos equipamentos, realização de atendimentos prioritários e execução de serviços em horários diferenciados são compatíveis com a natureza essencial e contínua do objeto contratado, inexistindo qualquer ilegalidade ou desproporcionalidade.

Assim, opina-se, no ponto, pela improcedência da impugnação.

DA GARANTIA CONTRATUAL

Entendemos que a cláusula de garantia prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital, item 7.34 e seguintes) também não comporta revisão, senão vejamos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ref.: PE n. 14/2026

PROAD: 3164/2026

A exigência de garantia mínima de 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo, mesmo após o término de vigência do contrato, para serviços executados e peças substituídas constitui prática absolutamente comum em contratos de manutenção e encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e segurança da contratação pública.

A cláusula de garantia não transfere à contratada responsabilidade permanente pelo funcionamento integral dos equipamentos, mas apenas assegura a correção de vícios relacionados aos serviços executados e às peças fornecidas durante a execução contratual, sob pena de – e principalmente – serviços realizados ao final da vigência restarem desprovidos de garantia, sendo, pois, compatível com os princípios da eficiência e economicidade.

A previsão de obrigação de correção posterior ao encerramento contratual não transforma a contratada em “garantidora universal” dos equipamentos, mas apenas assegura responsabilidade técnica pelos serviços efetivamente executados durante a vigência contratual.

Em suma, o prazo de 12 (doze) meses mostra-se plenamente razoável e proporcional diante da natureza dos serviços e compatível com padrões de mercado para manutenção especializada de equipamentos eletromecânicos.

Assim, não há ilegalidade ou excesso na cláusula de garantia, opinando se, no ponto, pela improcedência da impugnação.

**DO ESCLARECIMENTO QUANTO AO MODELO DE
RELATÓRIO TÉCNICO DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS**

A empresa solicita esclarecimento acerca da possibilidade de utilização de modelo próprio de relatório técnico. Neste ponto, **o edital não estabelece modelo padronizado obrigatório de relatório técnico.** Assim, **poderá a futura contratada utilizar formulários, sistemas e modelos próprios de relatórios de manutenção preventiva**, desde que contenham informações suficientes para a adequada fiscalização dos serviços.

A Administração poderá, no curso da execução contratual, solicitar complementações razoáveis necessárias ao adequado acompanhamento da execução dos serviços.

Este ponto trata-se, portanto, de mero esclarecimento, sem necessidade de alteração do edital.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ref.: PE n. 14/2026

PROAD: 3164/2026

Desta feita, em face da manifestação da área demandante, prestados os devidos esclarecimentos, resta improcedente a impugnação interposta pela empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda.

4. CONCLUSÃO

Pelos motivos elencados, CONHEÇO da impugnação interposta pela empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda. (CNPJ n. 00.028.986/0010-07), por atender aos requisitos de admissibilidade e tempestividade para, no mérito, **NEGAR-LHE** provimento.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à Impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2026.

Danielle de Oliveira Magalhães
Pregoeira - DILCD